

**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

**PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE
RESÍDUOS SÓLIDOS (PMGIRS) – ARAQUARI**

RELATÓRIO DA OFICINA

ASPECTOS GERAIS DO PLANEJAMENTO DAS AÇÕES

CONTRATO ADR/JVE Nº 003/2018

MARÇO/2020



ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº 07.255.568/0001-00

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Carlos Moisés da Silva
Governador do Estado

**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SUSTENTÁVEL - SDE**

Rodovia José Carlos Daux, SC 401, Km 5, nº 4.756
Saco Grande, Florianópolis-SC
CEP 88.032-005

Lucas de Souza Esmeraldino
Secretário de Estado

Amandio João da Silva Junior
Secretário de Estado Adjunto

Felipe Assunção Alencar
Secretário Executivo do Meio Ambiente

Jaqueline Isabel de Souza
Diretora de Recursos Hídricos e Saneamento

Frederico Gross
Gerente de Saneamento

Tainara Cristina da Silveira
Estagiária/Graduanda em Eng. Sanitária e Ambiental

CONSULTORIA CONTRATADA



PREMIER ENGENHARIA E CONSULTORIA S.S. LTDA.

CNPJ nº 10.354.824/0001-13 • CREA/SC nº 093034-4

Endereço: Rua dos Ilhéus, 38, Sala 1206, Centro, Florianópolis-SC.

CEP 88010-560 • Fone: (48) 3333-6825

Home: www.premiereng.com.br • e-mail: premiereng@premiereng.com.br

SÓCIOS-ADMINISTRADORES:

Clarissa Soares – Eng. Sanitarista e Ambiental

Daniel Meira Salvador – Eng. Civil

Pablo Rodrigues Cunha – Eng. Sanitarista e Ambiental

Rafael Meira Salvador – Eng. Sanitarista e Ambiental

EQUIPE TÉCNICA:

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DO PRESENTE PRODUTO

Pablo Rodrigues Cunha – Coordenador Geral

Rafael Meira Salvador – Eng. Sanitarista e Ambiental

Clarissa Soares – Eng. Sanitarista e Ambiental / Mobilização Social

José O. Muricy – Profissional de Avaliação Econômica e Financeira

Tamara Aragão – Profissional de Direito

APRESENTAÇÃO

De acordo com a Política Nacional de resíduos Sólidos (PNRS) – Lei Federal nº 12.305/2010 – a gestão integrada de resíduos sólidos consiste em um “conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável”.

Os planos de resíduos sólidos consistem em instrumentos da PNRS, sendo de responsabilidade dos municípios a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados em seus respectivos territórios. Dentre os diversos planos de resíduos sólidos previstos na PNRS, encontram-se os planos microrregionais de resíduos sólidos e os planos de resíduos sólidos de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, os planos intermunicipais de resíduos sólidos e os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS). Referidos planos devem ter garantida a sua publicidade, bem como o controle social em sua formulação, implementação e operacionalização.

Segundo a PNRS, a elaboração do PMGIRS constitui condição para acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos. Nesse sentido, serão priorizados no acesso aos recursos os municípios que optarem por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos.

Os estudos de regionalização também devem ser levados em consideração, uma vez que são importantes para viabilizar a constituição de soluções compartilhadas, fornecendo uma base de dados capaz de facilitar o entendimento ou as negociações entre os diferentes gestores municipais. Esses estudos consistem, basicamente, na identificação de arranjos territoriais (microrregiões) entre municípios, contíguos ou não, com o objetivo de compartilhar serviços, ou atividades de interesse comum, permitindo, dessa forma, maximizar os recursos humanos, de infraestrutura e financeiros existentes em cada um deles, gerando economia de escala.

Conforme o Contrato ADR/JVE nº 003/2018 e Edital de Concorrência nº087/2014, caberá a Empresa PREMIER ENGENHARIA E CONSULTORIA SS LTDA a **elaboração, revisão, atualização e finalização dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), conforme o caso, e elaboração do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos municípios associados da AMUNESC (Joinville, Garuva, Rio Negrinho, São Francisco do Sul, Itapoá, Balneário Barra do Sul, Araquari, Campo Alegre e São Bento do Sul).**

O processo de elaboração dos planos é composto de 05 (cinco) metas, assim discriminadas:

Meta 1 – Mobilização Social e Divulgação;

Meta 2 – Diagnóstico dos Resíduos Sólidos;

Meta 3 – Aspectos Gerais do Planejamento das Ações;

Meta 4 – Planejamento das Ações do PMGIRS;

Meta 5 - Agendas de Implementação do PMGIRS e Monitoramento.

O presente documento apresenta o relatório referente à oficina realizada em Araquari que tratou dos Aspectos Gerais do Planejamento das Ações, sendo este produto integrante da **Meta 3**.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	OFICINA	10
2.1	PÚBLICO-ALVO E FORMA DE CONVOCAÇÃO	10
2.2	DESCRIÇÃO DO EVENTO	10
2.3	RESULTADOS DO EVENTO	12
3	ANEXOS.....	13

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Apresentação da Oficina referente a Meta 3..... 11

1 INTRODUÇÃO

A participação social representa, sem dúvida alguma, um enorme desafio para a construção da democracia, uma vez que se constitui como instrumento norteador de avaliação da eficácia da gestão das políticas e serviços públicos por parte da população, além de estimular a transparência dos processos decisórios com foco no interesse da coletividade.

A Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) que estabelece as diretrizes nacionais para os sistemas de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, tem como um dos princípios fundamentais o controle social, sendo este definido em seu inciso VI do art. 3.

Neste contexto, a adoção deste princípio tem como objetivo gerar um instrumento de gestão coerente e adequado com a realidade local e capaz de promover a melhoria da qualidade de vida das populações locais e da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos.

O processo de mobilização social é uma oportunidade para que a sociedade possa conhecer mais adequadamente e em novas bases a complexa questão dos resíduos sólidos, discutir as variadas causas dos problemas gerados pelos mesmos e propor soluções pontuais e adequadas. Sendo assim, o controle social realizado por meio da participação fornece legitimidade ao processo de planejamento técnico e territorial e se constitui numa condição básica para elaboração do **Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS**.

Além das oficinas referentes ao Projeto de Mobilização Social e ao Diagnóstico dos Resíduos Sólidos, a participação social no processo de construção do Plano ocorrerá em mais seis momentos:

- Oficina – Aspectos Gerais do Planejamento das Ações (Meta 3);
- Audiência Pública – Aspectos Gerais do Planejamento das Ações (Meta 3);
- Oficina – Planejamento das Ações do PMGIRS (Meta 4);

PMGIRS – ARAQUARI

- Audiência Pública – Planejamento das Ações do PMGIRS (Meta 4) no município;
- Audiência Pública – Planejamento das Ações do PMGIRS (Meta 4) na sede da AMUNESC;
- Oficina – Implementação e Divulgação do PMGIRS (Meta 5).

O detalhamento da Oficina referente aos Aspectos Gerais do Planejamento das Ações (Meta 3) consta no conteúdo deste relatório.

2 OFICINA

O presente item tem como objetivo descrever a oficina referente aos Aspectos Gerais do Planejamento das Ações, abordando:

- Público-alvo e forma de convocação;
- Desenvolvimento do evento;
- Resultados obtidos.

2.1 PÚBLICO-ALVO E FORMA DE CONVOCAÇÃO

A oficina no Município de Araquari foi realizada no dia 19 de fevereiro de 2020, às 14:00 horas, na Sala de Reuniões do Gabinete do Prefeito.

Para o evento foram convidados, através de contato telefônico e e-mail, todos os integrantes do Comitê Diretor Local, composto por representantes (gestores ou técnicos) dos principais órgãos municipais envolvidos no tema. A formação do Comitê Diretor Local do Município de Araquari está apresentada no Anexo 1.

O Comitê Diretor Local tem como responsabilidades acompanhar e cooperar no processo de mobilização social a nível municipal; deliberar sobre estratégias e mecanismos que assegurem a elaboração e implantação do Plano; propor e garantir locais para realização das reuniões técnicas e audiências públicas; sugerir alternativas sobre o ponto de vista local; validar os conteúdos técnicos que serão apresentados nas audiências públicas; e participar das audiências públicas.

2.2 DESCRIÇÃO DO EVENTO

A oficina referente aos Aspectos Gerais do Planejamento das Ações teve duração aproximada de 01:00 (uma hora).

Durante o evento, além do conteúdo técnico diretamente relacionado aos aspectos que tangem à Meta 3 (análise do estudo de regionalização, alternativas de gestão – individualizada ou associada e as responsabilidades públicas e privadas), foi realizada preliminarmente uma explanação a respeito da elaboração do Plano,

apresentando suas etapas e destacando sua importância para o município e para a região.

A apresentação dos conteúdos técnicos foi realizada por meio de software (PowerPoint) e formatada de modo a facilitar a compreensão dos participantes (ver Anexo 2).



Figura 1 – Apresentação da Oficina referente a Meta 3
Fonte: Premier Engenharia, 2020.

A estruturação, organização, condução, logística, definição de local e funcionamento da oficina foi de comum acordo entre a Consultora e o Comitê Diretor Local. A lista de presença e a ata do evento podem ser visualizadas, respectivamente, no Anexo 3 e no Anexo 4.

2.3 RESULTADOS DO EVENTO

O evento em Araquari transcorreu de acordo com o planejado, dentro da total normalidade.

Como pontos positivos do evento, pode-se destacar:

- Envolvimento dos membros do Comitê Diretor Local na discussão dos temas apresentados pela Consultora;
- Anseio, por parte dos membros do Comitê Diretor Local, em estar contribuindo com o conteúdo do PMGIRS, inclusive colocando-se à disposição da Consultora no que for preciso;
- Apresentação de toda pauta prevista para o evento, atendendo as expectativas da Consultora.

Em relação à parte negativa, não há qualquer fato a se registrar para o evento realizado.

3 ANEXOS

ANEXO 1

Formação do Comitê Diretor Local

Araquari, 14 de maio de 2018

Ofício nº 049/2018

A/C

VANDERSON SOARES

SECRETÁRIO EXECUTIVO DA AMUNESC

R. Max Colin, 1843 - América, Joinville - SC, 89204-635

(47) 3433-3927

Assunto: Informações sobre o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Araquari e indicação de membro para o Comitê Diretor Regional.

Prezado Sr,

Informamos que o município de Araquari, tem a LEI Nº 3222/2017, que institui o Plano Municipal de Saneamento básico e neste plano está inserido o Plano Municipal de gestão de Resíduos Sólidos conforme o parágrafo 1º do artigo 19 da Lei 12.305/2010, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos pode estar inserido no plano de saneamento básico, respeitando o conteúdo mínimo previsto nos incisos do artigo 19.

Finalizamos informando que o profissional do quadro técnico da Prefeitura Municipal de Araquari que irá representar o município no Comitê Diretor Regional será o Engenheiro Químico Josenei Soares, profissional este que coordenou no município a implantação do Plano Municipal de Saneamento básico.

Estamos à disposição para eventuais esclarecimentos.



Cromácio José da Rosa
Presidente da FUNDEMA

Ofício nº 246GAB/2018

Araquari, 02 de julho de 2018.

Assunto: Indicação Comitê de Resíduos sólidos.

Com os nossos cumprimentos estamos nos dirigindo a vossa senhoria para indicar as representantes para o Comitê do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Araquari:

Agricultura: Nelson Bento da Silveira e Amilton de Souza.

Infra-estrutura Urbana: Rosecleia de Aguiar Pereira e Paulo João Cunha.

Planejamento Orçamento e Gestão: Stefanie Cristine Morriesen.

Saúde: Gisele Heloisa Silvano.

Sem mais para o momento.

Atenciosamente,


Pâmela Cristina Vieira

Chefe de Gabinete

ANEXO 2

Apresentação – Conteúdo Técnico

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS DE ARAQUARI

ASPECTOS GERAIS DO PLANEJAMENTO DAS AÇÕES



COMITÊ DIRETOR LOCAL

O COMITÊ DIRETOR LOCAL É FORMADO POR REPRESENTANTES (GESTORES OU TÉCNICOS) DOS PRINCIPAIS ÓRGÃOS MUNICIPAIS ENVOLVIDOS NO TEMA

SENDO RESPONSÁVEL POR GARANTIR A OPERACIONALIZAÇÃO DO PMGIRS. ALÉM DE POSSUIR A FINALIDADE DE FAZER PREVALECER A CONSTRUÇÃO DE UM PLANO DOTADO DE PERFIL PARTICIPATIVO.

EQUIPE TÉCNICA DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL - SDE

Lucas de Souza Esmeraldino

Secretário de Estado

Frederico Gross

Gerente de Saneamento

COMITÊ DIRETOR LOCAL

Conforme Ofício nº 246GAB/2018, o Comitê Diretor Local possui os seguintes representantes:

- NELSON BENTO DA SILVEIRA;
- AMILTON DE SOUZA;
- ROSECLEIA PEREIRA;
- PAULO CUNHA;
- STEFANIE MORRIESEN;
- GISELE SILVANO.

EQUIPE TÉCNICA DA PREMIER ENGENHARIA

Pablo Rodrigues Cunha – Coordenador Geral

Clarissa Soares – Eng. Sanitarista e Ambiental

Daniel Meira – Eng. Civil

Rafael Salvador – Eng. Sanitarista e Ambiental

ESTRUTURA DO PLANO

META 1 – MOBILIZAÇÃO SOCIAL E DIVULGAÇÃO

META 2 – DIAGNÓSTICO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

META 3 – ASPECTOS GERAIS DO PLANEJAMENTO DAS AÇÕES

META 4 – PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DO PIGIRS

META 5 – AGENDAS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PIGIRS E MONITORAMENTO

Fremier ENGENHARIA & CONSULTORIA

PAUTA DA APRESENTAÇÃO

- ANÁLISE DO ATUAL ESTUDO DE REGIONALIZAÇÃO;
- PROPOSTAS DE GESTÃO: INDIVIDUALIZADA OU ASSOCIADA;
- RESPONSABILIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS.

Fremier ENGENHARIA & CONSULTORIA

ANÁLISE DO ATUAL ESTUDO DE REGIONALIZAÇÃO

Fremier ENGENHARIA & CONSULTORIA

ANÁLISE DO ATUAL ESTUDO DE REGIONALIZAÇÃO

DATA BASE DO ESTUDO: ANO DE 2012.

OBJETIVO: ESTE PLANEJAMENTO TEVE COMO UM DE SEUS RESULTADOS O AGRUPAMENTO POTENCIAL DE MUNICÍPIOS VISANDO DAR SUBSÍDIOS À TOMADA DE DECISÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS NO ÂMBITO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO ESTADO.

CRITÉRIOS TÉCNICOS UTILIZADOS: REGIÃO HIDROGRÁFICA DE INSERÇÃO, TRANSPORTE, ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS, PROXIMIDADES TERRITORIAIS, INFRAESTRUTURA VIÁRIA, AGLOMERAÇÕES URBANAS, ENTRE OUTRAS PECULIARIDADES LIGADAS À GERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E A COBERTURA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, RESULTANDO NUMA SEGMENTAÇÃO PARA A GESTÃO TERRITORIAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

Fremier ENGENHARIA & CONSULTORIA

ANÁLISE DO ATUAL ESTUDO DE REGIONALIZAÇÃO

Fremier ENGENHARIA & CONSULTORIA

ANÁLISE DO ATUAL ESTUDO DE REGIONALIZAÇÃO

ÍNDICE DE CENTRALIDADE

O ÍNDICE TEVE COMO PARÂMETROS:

- A CENTRALIDADE POR ATERROS OU LOCAL DE DISPOSIÇÃO FINAL;
- A CENTRALIDADE POR INFRAESTRUTURA VIÁRIA E AGLOMERAÇÕES URBANAS;
- A CENTRALIDADE POR QUANTIDADE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) GERADOS;
- A CENTRALIDADE POR COBERTURA DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO; E,
- CENTRALIDADE POR REGIONALIZAÇÕES PRÉ-EXISTENTES.


Fremier ENGENHARIA & CONSULTORIA

ANÁLISE DO ATUAL ESTUDO DE REGIONALIZAÇÃO

REG. DE GESTÃO INTEGRADA DE SÃO BENTO DO SUL: SÃO BENTO DO SUL, RIO NEGRINHO, CAMPO ALEGRE E CORUPÁ.

BLOCO 1: SÃO BENTO DO SUL, RIO NEGRINHO E CAMPO ALEGRE.

ANÁLISE DO ATUAL ESTUDO DE REGIONALIZAÇÃO
NECESSIDADE OU NÃO DO REMANEJAMENTO DO ARRANJO PROPOSTO



REG. DE GESTÃO INTEGRADA DE JOINVILLE: ARAQUARI, BALN. BARRA DO SUL, GARUVA, ITAPOÁ, JOINVILLE, SÃO FRANCISCO DO SUL, **GUARAMIRIM, JARAGUÁ DO SUL, MASSARANDUBÁ, SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ E SCHROEDER.**

BLOCO 2: ARAQUARI, BALN. BARRA DO SUL, GARUVA, ITAPOÁ, JOINVILLE E SÃO FRANCISCO DO SUL.

ANÁLISE DO ATUAL ESTUDO DE REGIONALIZAÇÃO
NECESSIDADE OU NÃO DO REMANEJAMENTO DO ARRANJO PROPOSTO

CONSIDERANDO QUE:

- OS ARRANJOS FORMULADOS PELO ESTUDO DE REGIONALIZAÇÃO FORAM UTILIZADOS COMO BASE PARA FINS DE DIAGNÓSTICO E PROGNÓSTICO NO PLANO ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, O QUAL FOI CONCLUÍDO RECENTEMENTE (2018), SENDO TAL INSTRUMENTO CONSIDERADO COMO A PRINCIPAL FERRAMENTA NORTEADORA DAS AÇÕES A SEREM EXECUTADAS EM SANTA CATARINA NAS PRÓXIMAS DUAS DÉCADAS NO QUE CONCERNE À GESTÃO E AO GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS NO ESTADO.

DECIDIU-SE: PELA MANUTENÇÃO DOS ARRANJOS FORMATADOS PELO ATUAL ESTUDO DE REGIONALIZAÇÃO.

ANÁLISE DO ATUAL ESTUDO DE REGIONALIZAÇÃO
NECESSIDADE OU NÃO DO REMANEJAMENTO DO ARRANJO PROPOSTO

CONSIDERANDO QUE:

- OS BLOCOS FICAM EM DISTINTAS REGIÕES HIDROGRÁFICAS;
- OS MUNICÍPIOS DO BLOCO 1 FICAM A UMA ALTITUDE MÉDIA EM TORNO DE 830 METROS DO NÍVEL DO MAR, OU SEJA, O MESMO NÍVEL EM RELAÇÃO AOS MUNICÍPIOS DO BLOCO 2. ALÉM DE CONFIGURAR UM FATOR LIMITANTE EM TERMOS VIÁRIO PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS ENTRE OS MUNICÍPIOS DOS BLOCOS, TAL SITUAÇÃO REPRESENTA TAMBÉM UMA DIFERENÇA DAS CONDIÇÕES CLIMÁTICAS (TEMPERATURA) ENTRE OS MESMOS, O QUE IMPACTA EM DIFERENTES HÁBITOS PELAS POPULAÇÕES LOCAIS E CONSEQUENTEMENTE NA GERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM CADA BLOCO DE MUNICÍPIOS;

PROPOSTAS DE GESTÃO
FORMAS DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

Formas de prestação de serviços públicos

Prestação de serviço público	Direta	Centralizada	Órgão da Adm. Pública
	Indireta	Descentralizada	Autorarquia Empresa pública Soc. de Econ. mista Fundação
		Terceirização Permissão Autorização	Comum PPP administrativa PPP patrocinada
	Gestão Associada	Consórcios Públicos Convênio de Cooperação	Contrato de programa

ANÁLISE DO ATUAL ESTUDO DE REGIONALIZAÇÃO
NECESSIDADE OU NÃO DO REMANEJAMENTO DO ARRANJO PROPOSTO

CONSIDERANDO QUE:

- OS MUNICÍPIOS DO BLOCO 2, POR SEREM LITORÂNEOS (OU MUITO PRÓXIMOS), RECEBEM POPULAÇÃO FLUTUANTE DURANTE A ÉPOCA DE VERANEIO, IMPACTANDO DIRETAMENTE NA PRODUÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS. JÁ OS MUNICÍPIOS DO BLOCO 1 NÃO POSSUEM, EM SEU HISTÓRICO RECENTE, CARÁTER TURÍSTICO, O QUE ACARRETA PRATICAMENTE EM UMA PRODUÇÃO LINEAR DE RESÍDUOS SÓLIDOS AO LONGO DO ANO;
- OS MUNICÍPIOS DO BLOCO 1 JÁ PARTICIPAM DE UM CONSÓRCIO JUNTAMENTE COM O MUNICÍPIO DE CORUPÁ, DENOMINADO DE CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI, SENDO SUA FORMAÇÃO IDENTICA AO AGRUPAMENTO ESTABELECIDO PELO ATUAL ESTUDO DE REGIONALIZAÇÃO;

PROPOSTAS DE GESTÃO
ALTERNATIVAS PARA OS MUNICÍPIOS DA AMUNESC

ALTERNATIVAS PROPOSTAS

- ALTERNATIVA A – GESTÃO INDIVIDUALIZADA
- ALTERNATIVA B – GESTÃO ASSOCIADA
 - ALTERNATIVA B.1 - GESTÃO COMPARTILHADA DE AÇÕES ENTRE OS MUNICÍPIOS DA AMUNESC DE ACORDO COM O ATUAL ESTUDO DE REGIONALIZAÇÃO DO ESTADO
 - ALTERNATIVA B.2 - GESTÃO COMPARTILHADA DE AÇÕES ENTRE TODOS OS MUNICÍPIOS DA AMUNESC

PROPOSTAS DE GESTÃO
ALTERNATIVAS PARA OS MUNICÍPIOS DA AMUNESC

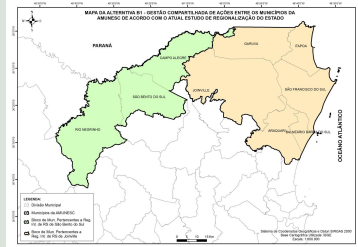
ALTERNATIVA "A" – GESTÃO INDIVIDUALIZADA

↓

O MUNICÍPIO SERÁ O INDUTOR DO SEU PRÓPRIO PLANEJAMENTO, OU SEJA, ESTA ALTERNATIVA EXCLUIRÁ A POSSIBILIDADE DE AÇÕES COMPARTILHADAS COM OS DEMAIS MUNICÍPIOS DA AMUNESC. TAL OPÇÃO, SE ESCOLHIDA, IMPLICARÁ AO MUNICÍPIO A IMPOSSIBILIDADE DE SUA INCLUSÃO EM UM POTENCIAL CONSÓRCIO PÚBLICO PARA O GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS PRODUZIDOS NO SEU PRÓPRIO TERRITÓRIO. DESTE MODO, O MUNICÍPIO BUSCARÁ DE FORMA ISOLADA AS SOLUÇÕES PARA O GERENCIAMENTO DOS SEUS RESÍDUOS, SENDO O PLANEJAMENTO NORTEADO ATRAVÉS, ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE, DO SEU PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

PROPOSTAS DE GESTÃO
ALTERNATIVAS PARA OS MUNICÍPIOS DA AMUNESC

ALTERNATIVA "B.1" – GESTÃO COMPARTILHADA DE AÇÕES ENTRE OS MUNICÍPIOS DA AMUNESC DE ACORDO COM O ATUAL ESTUDO DE REGIONALIZAÇÃO DO ESTADO



PROPOSTAS DE GESTÃO
ALTERNATIVA "A" – GESTÃO INDIVIDUALIZADA



PROPOSTAS DE GESTÃO
ALTERNATIVAS PARA OS MUNICÍPIOS DA AMUNESC

ALTERNATIVA "B.2" – GESTÃO COMPARTILHADA DE AÇÕES ENTRE TODOS OS MUNICÍPIOS DA AMUNESC

↓

A PRESENTE ALTERNATIVA PRECONIZA A POSSIBILIDADE DO PLANEJAMENTO DE AÇÕES COMPARTILHADAS ENTRE TODOS OS MUNICÍPIOS DA AMUNESC. RESSALTA-SE TAMBÉM QUE ESTAS AÇÕES PODEM ENVOLVER 2 (DOIS) OU MAIS MUNICÍPIOS DA ASSOCIAÇÃO, NÃO SENDO UMA OBRIGATORIEDADE A PARTICIPAÇÃO NA ÍNTEGRA DE TODOS OS ENTES FEDERADOS DA AMUNESC.

PROPOSTAS DE GESTÃO
ALTERNATIVAS PARA OS MUNICÍPIOS DA AMUNESC

ALTERNATIVA "B.1" – GESTÃO COMPARTILHADA DE AÇÕES ENTRE OS MUNICÍPIOS DA AMUNESC DE ACORDO COM O ATUAL ESTUDO DE REGIONALIZAÇÃO DO ESTADO

↓

NESTA CADA MUNICÍPIO TERÁ A POSSIBILIDADE DE PLANEJAR AÇÕES COMPARTILHADAS COM OUTROS MUNICÍPIOS DA AMUNESC QUE PERTENÇAM À SUA REGIÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS CONFORME AGRUPAMENTO ESTABELECIDO PELO ESTUDO DE REGIONALIZAÇÃO DO ESTADO. ESTAS AÇÕES PODEM ENVOLVER 2 (DOIS) OU MAIS MUNICÍPIOS DE CADA AGRUPAMENTO, NÃO HAVENDO A NECESSIDADE PRELENTE DO ENVOLVIMENTO PLENO DE TODOS OS MUNICÍPIOS DA AMUNESC QUE COMPÕEM CADA REGIÃO.

PROPOSTAS DE GESTÃO
ALTERNATIVAS PARA OS MUNICÍPIOS DA AMUNESC

ALTERNATIVA "B.2" – GESTÃO COMPARTILHADA DE AÇÕES ENTRE TODOS OS MUNICÍPIOS DA AMUNESC



ENGENHARIA & CONSULTORIA
Premier

PROPOSTAS DE GESTÃO

SOBRE A ALTERNATIVA RELACIONADA À GESTÃO ASSOCIADA (ALTERNATIVA B), FAZ-SE NECESSÁRIO OS SEGUINTEES ESCLARECIMENTOS:

O PLANEJAMENTO A SER DESENVOLVIDO NA META 4 NÃO CONTEMPLARÁ A INCLUSÃO DE MUNICÍPIOS QUE NÃO INTEGRAM À AMUNESC;

A ESCOLHA DESTA ALTERNATIVA PELOS MUNICÍPIOS NÃO NECESSARIAMENTE IMPLICARÁ NA FORMULAÇÃO DE UM CONSORCIO PÚBLICO (OU DE UM CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO) DE MANEIRA AUTOMÁTICA E IMEDIATA. AS AÇÕES COMPARTILHADAS SERÃO PROGNOSTICADAS COMO POTENCIAIS SOLUÇÕES PARA DETERMINADOS TIPOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS, HAVENDO A NECESSIDADE DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E POLÍTICA ENTRE AS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS PARA QUE TAIS EFETIVAMENTE SE CONCRETIZEM A PONTO DE SEREM IMPLEMENTADAS;

A ADESÃO DA ALTERNATIVA DE GESTÃO ASSOCIADA POR UM GRUPO DE MUNICÍPIOS TERÁ COMO INSTRUMENTO NORTEADOR, PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES COMPARTILHADAS, O PLANO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (ENVOLVENDO OS MUNICÍPIOS AGRUPADOS).

ENGENHARIA & CONSULTORIA
Premier

PROPOSTAS DE GESTÃO

VANTAGENS E DESVANTAGENS DA GESTÃO INDIVIDUALIZADA:

DESVANTAGENS:

- MAIOR DIFICULDADE NA BUSCA DE RECURSOS FINANCEIROS DA ESFERA FEDERAL POR SE TRATAR DE UMA GESTÃO ISOLADA;
- IMPOSSIBILIDADE DE COMPARTILHAMENTO DE UNIDADES PÚBLICAS DE MUNICÍPIOS CONTÍGUOS;
- MAIOR NÚMERO DE ÁREAS UTILIZADAS (EM POTENCIAL) PARA O ENCAMINHAMENTO FINAL DE RESÍDUOS, RESULTANDO EM UM PASSIVO AMBIENTAL A SER SANADO PELA ADMINISTRAÇÃO LOCAL MEDIANTE O FECHAMENTO DAS RESPECTIVAS ATIVIDADES;
- POSSIVELMENTE - DESPESAS ELEVADAS DE CUNHOS ADMINISTRATIVOS E OPERACIONAIS RELACIONADOS AOS SERVIÇOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (POR NÃO HAVER MUNICÍPIOS PARCEIROS PARA RATEAR CUSTOS DE PESSOAL, TAXAS, EQUIPAMENTOS, LOCAÇÕES, ETC.).

ENGENHARIA & CONSULTORIA
Premier

PROPOSTAS DE GESTÃO

DISTINÇÃO PRÁTICA ENTRE AS ALTERNATIVAS "B.1" E "B.2":

ALTERNATIVA B.1 - GESTÃO COMPARTILHADA DE AÇÕES ENTRE OS MUNICÍPIOS DA AMUNESC DE ACORDO COM O ATUAL ESTUDO DE REGIONALIZAÇÃO DO ESTADO	ALTERNATIVA B.2 - GESTÃO COMPARTILHADA DE AÇÕES ENTRE TODOS OS MUNICÍPIOS DA AMUNESC
PODERÁ HAVER AÇÕES COMPARTILHADAS SOMENTE ENTRE OS MUNICÍPIOS DA AMUNESC DE CADA REGIÃO DELINEADA PELO ESTUDO DE REGIONALIZAÇÃO	AÇÕES COMPARTILHADAS ENTRE TODOS OS MUNICÍPIOS DA AMUNESC, INOBSERVADOS OS LIMITES ESTIPULADOS PELO ESTUDO DE REGIONALIZAÇÃO
MAIOR LIMITAÇÃO DO NÚMERO DE ENTES FEDERADOS PARTICIPANTES ALTERNATIVA ENTRE MUNICÍPIOS COM CARACTERÍSTICAS SIMILARES	MAIS ABRANGENTE QUANTO AO NÚMERO DE ENTES FEDERADOS PARTICIPANTES
OPÇÃO RESPEITANDO A FORMAÇÃO DE UM CONSÓRCIO JÁ EXISTENTE (CONSÓRCIO QUIRIRI)	ALTERNATIVA REUNINDO MUNICÍPIOS COM CARACTERÍSTICAS DISTINTAS
CONSIDERA COMO FATOR LIMITANTE A QUESTÃO VIÁRIA PARA O TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS ENTRE OS MUNICÍPIOS DAS DUAS REGIÕES (CONFORME O ESTUDO DE REGIONALIZAÇÃO) QUE ESTÃO AGRUPADOS OS MUNICÍPIOS DA AMUNESC	DESCONSIDERA A EXISTÊNCIA DO CONSÓRCIO QUIRIRI
	NÃO PONDERA COMO OBSTÁCULO A QUESTÃO VIÁRIA PARA O TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS ENTRE OS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA AMUNESC

ENGENHARIA & CONSULTORIA
Premier

PROPOSTAS DE GESTÃO

BENEFÍCIOS E LIMITAÇÕES DA GESTÃO ASSOCIADA:

BENEFÍCIOS:

- A POSSIBILIDADE DE REALIZAR O PLANEJAMENTO INTEGRADO ENTRE OS MUNICÍPIOS AGRUPADOS;
- PRIORIDADE NA OBTENÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS;
- MAIOR REPRESENTATIVIDADE NA SOLUÇÃO DE PROBLEMAS LOCAIS E REGIONAIS;
- MENOR NÚMERO DE ÁREAS UTILIZADAS PARA O DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS / MINIMIZAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS;
- GANHOS DE ESCALA DE OPERAÇÃO E RATEIO DE CUSTOS ADMINISTRATIVOS E OPERACIONAIS;
- OTIMIZAÇÃO DO USO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS NAS UNIDADES OPERACIONAIS.

ENGENHARIA & CONSULTORIA
Premier

PROPOSTAS DE GESTÃO

VANTAGENS E DESVANTAGENS DA GESTÃO INDIVIDUALIZADA:

VANTAGENS:

- A INDEPENDÊNCIA PODE SER A PRINCIPAL VANTAGEM INTRÍNSECA À GESTÃO INDIVIDUALIZADA, UMA VEZ QUE O MUNICÍPIO É O ÚNICO INDUTOR DO SEU PLANEJAMENTO;
- PODER DE DECISÃO DE FORMA MAIS ÁGIL, EM VIRTUDE DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL SER O ÚNICO GESTOR NO PROCESSO, NÃO HAVENDO NECESSIDADE DE DISCUSSÃO E/OU FORMALIZAÇÕES JUNTO A OUTROS ENTES FEDERADOS;
- O MUNICÍPIO FICARIA ISENTO DE PROBLEMAS FINANCEIROS DE OUTROS MUNICÍPIOS QUANDO DA FORMAÇÃO DE UMA GESTÃO ASSOCIADA, O QUE PODERIA ATRAPALHAR O DESEMPENHO DAS ATIVIDADES COMPARTILHADAS PARA A O MANEJO ADEQUADO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS GERENCIADOS DE FORMA CONJUNTA.

ENGENHARIA & CONSULTORIA
Premier

PROPOSTAS DE GESTÃO

BENEFÍCIOS E LIMITAÇÕES DA GESTÃO ASSOCIADA:

LIMITAÇÕES:

- INTERESSES POLÍTICO-PARTIDÁRIOS, PODENDO DIFICULTAR A COORDENAÇÃO MICRORREGIONAL;
- OUTRO FATOR, QUE ESTÁ INTIMAMENTE RELACIONADO COM O PRIMEIRO, É A CULTURA DO PLANEJAMENTO DE CURTO PRAZO, QUE CONTRIBUI COM O AUMENTO DAS INCERTEZAS SOBRE A CONTINUIDADE DA COOPERAÇÃO;
- NÃO FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS E DEVERES DE CADA ENTRE AGREMIADO E SUAS RESPECTIVAS PENALIDADES, CASO NÃO ATENDAM ÀS DETERMINAÇÕES DO SISTEMA GESTOR, TAMBÉM É OUTRO FATOR LIMITANTE DA GESTÃO ASSOCIADA, PODENDO COLOCAR EM RISCO A SUSTENTABILIDADE DE UM POTENCIAL CONSÓRCIO. É O CASO DA INADIMPLÊNCIA POR PARTE DE MUNICÍPIOS ASSOCIADOS, FATO QUE PODE COMPROMETER O SISTEMA DE GESTÃO COMO UM TODO.

ENGENHARIA & CONSULTORIA
Premier

RESPONSABILIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS

RESÍDUOS	RESPONSÁVEL
RESÍDUOS DOMICILIARES – ORIGINÁRIOS DE ATIVIDADES DOMÉSTICAS EM RESIDÊNCIAS URBANAS	PODER PÚBLICO MUNICIPAL
RESÍDUOS DE LIMPEZA URBANA – ORIGINÁRIOS DA VARRIÇÃO, LIMPEZA DE LOGRADOUROS E VIAS PÚBLICAS E OUTROS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA	PODER PÚBLICO MUNICIPAL
RESÍDUOS DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E PRESTADORES DE SERVIÇOS (*)	GERADOR
RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES – ORIGINÁRIOS DE PORTOS, AEROPORTOS TERMINAIS ALFANDEGÁRIOS, RODOVIÁRIOS E FERROVIÁRIOS E PASSAGENS DE FRONTEIRA	GERADOR
RESÍDUOS INDUSTRIAIS – GERADOS NOS PROCESSOS PRODUTIVOS E INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS	GERADOR
RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (**)	GERADOR
RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (**)	GERADOR
RESÍDUOS AGROSSILVOPASTORIS	GERADOR
RESÍDUOS DE MINERAÇÃO	GERADOR

ENGENHARIA & CONSULTORIA
Premier

RESPONSABILIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS

ESTABELECIMENTO DE PEQUENOS E GRANDES GERADORES:

A EMPRESA EXECUTORA PROCEDERÁ A COLETA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DA SEGUINTE MANEIRA:

- RESÍDUOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DOMICILIARES E COMERCIAIS COM CARACTERÍSTICA DE DOMÉSTICO, ATÉ O LIMITE DE 50 (CINQUENTA) LITROS/COLETA/GERADOR, ACONDICIONADOS EM RECIPIENTES DE CAPACIDADE NÃO SUPERIORES A 50 (CINQUENTA) LITROS/COLETA/GERADOR;
- RESÍDUOS COMERCIAIS COM CARACTERÍSTICAS DE DOMÉSTICOS, ORIGINÁRIOS DE ATIVIDADES INERENTES AOS ÓRGÃOS E EDIFÍCIOS PÚBLICOS EM GERAL, ATÉ O LIMITE DE 100 (CEM) LITROS/COLETA, ACONDICIONADOS EM RECIPIENTES NÃO SUPERIORES A 50 (CINQUENTA) LITROS;

ENGENHARIA & CONSULTORIA
Premier

RESPONSABILIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS

ATORES	PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS	ATRIBUIÇÕES COMUNS
PODER PÚBLICO	ORGANIZAR O SERVIÇO PÚBLICO DE LIMPEZA URBANA E DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E FISCALIZAR A SUA PRESTAÇÃO	ASSEGURAR O CUMPRIMENTO DA PNRS E DE SEU DECRETO REGULAMENTADOR
SETOR EMPRESARIAL (FABRICANTES, IMPORTADORES, DISTRIBUIDORES E COMERCIANTES)	REALIZAR A LOGÍSTICA REVERSA NO LIMITE DA PROPORÇÃO DOS PRODUTOS COLOCADOS NO MERCADO INTERNO	
SOCIEDADE / CONSUMIDOR	SEGREGAR, ACONDICIONAR E DISPONIBILIZAR OS RESÍDUOS PARA COLETA E EXERCER O CONTROLE SOCIAL	

ENGENHARIA & CONSULTORIA
Premier

RESPONSABILIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS

ESTABELECIMENTO DE PEQUENOS E GRANDES GERADORES:

A EMPRESA EXECUTORA PROCEDERÁ A COLETA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DA SEGUINTE MANEIRA (CONTINUAÇÃO):

- RESÍDUOS COMERCIAIS COM CARACTERÍSTICAS DE DOMÉSTICOS, ORIGINÁRIOS DE PESSOAS JURÍDICAS, ATÉ O LIMITE DE 100 (CEM) LITROS/COLETA, ACONDICIONADOS EM RECIPIENTES NÃO SUPERIORES A 50 (CINQUENTA) LITROS.

ENGENHARIA & CONSULTORIA
Premier

RESPONSABILIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS

ESTABELECIMENTO DE PEQUENOS E GRANDES GERADORES:

EM ARAQUARI, REGISTRA-SE QUE INEXISTE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA QUE DISTINGUE PEQUENOS E GRANDES GERADORES. CONTUDO, O ATUAL CONTRATO DE CONCESSÃO (PARA OS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSBORDO, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS PROVENIENTES DE ARAQUARI) EXPRESSA CONDIÇÕES PARA A COLETA QUANTO AO TIPO E AO VOLUME GERADO.

ENGENHARIA & CONSULTORIA
Premier

RESPONSABILIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PLANEJAMENTO A SER TRAÇADO NA META 4 SERÁ TOTALMENTE SUBSIDIADO COM BASE NA DECISÃO DOS MUNICÍPIOS DA AMUNESC NO QUE SE PRETENDE EM TERMOS DE AÇÕES DE FORMA INTEGRADA OU NÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS, RESPEITANDO, QUANDO DA ELABORAÇÃO DAS DIRETRIZES FUTURAS, OS ASPECTOS GEOGRÁFICOS, TÉCNICOS, ECONÔMICOS E LEGAIS QUE PERMEIAM A FASE DE PROGNÓSTICO.

ANEXO 3

Lista de Presença

**PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS DA AMUNESC
(JOINVILLE, GARUVA, RIO NEGRINHO, SÃO FRANCISCO DO SUL, ITAPOÁ, BALNEÁRIO BARRA DO SUL,
ARAQUARI, CAMPO ALEGRE E SÃO BENTO DO SUL) – MUNICÍPIO DE ARAQUARI**

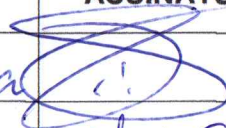
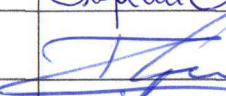
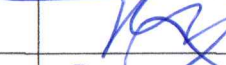
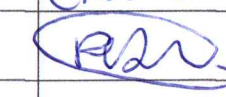
LISTA DE PRESENÇA

ASSUNTO: Oficina (Aspectos Gerais do Planejamento das Ações – Meta 3)

LOCAL: Sala De Reuniões do Gabinete do Prefeito

DATA: 19/02/2020

HORÁRIO: 14:00 hs

NOME	E-MAIL	TEL. CELULAR	ENTIDADE	ASSINATURA
Josémi Soares	eng. químico@araquari.sc.gov.br	58493-1022	Fundama	
STEFANIE C MORRIESEN TOMAZI	ENGENHARIA.1@ARAQUARI.SC.GOV.BR	99961-0250	SEPLAN	Stephanie C Morriese Tomazi
PABLO RODRIGUES LUNHA	PABLO@PREMIERENG.COM.BR	48-99916-8827	PREMIER	
RAFAEL MEIRA SALVAPORA	rafael@premiereng.com.br	48-33861-8411	PREMIER	
GISELE HELENA SALAS	vigilancia-sanitaria@araquari.sc.gov.br	(47) 999607024	Saúde	Giselle H S.
Rosecláudia Aquino Pereira	sic.infraestrutura@araquari.sc.gov.br	47-999463350	Obras	

ANEXO 4

Ata da Oficina

ATA DA OFICINA REFERENTE AOS ASPECTOS GERAIS DO PLANEJAMENTO DAS AÇÕES (META 3) – PMGIRS ARAQUARI

No dia dezenove do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, às quatorze horas, foi realizada na Sala de Reuniões do Gabinete da Prefeitura, a segunda oficina referente ao Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) de Araquari (integrante ao Contrato ADR/JVE nº 003/2018), com o objetivo de apresentar, discutir e validar, junto ao Comitê Diretor Local, o relatório contendo os aspectos gerais do planejamento das ações (Meta 3), documento este que antecede a fase do planejamento propriamente dito (Meta 4). A abertura do evento foi feita pelo Engenheiro Rafael Meira Salvador, da Empresa Premier Engenharia. Após a abertura, o próprio engenheiro da Consultora, realizou, junto aos membros do Comitê Diretor Local, uma explanação a respeito da elaboração do Plano, as etapas que o compõem o PMGIRS e as informações que tangem especificamente ao relatório da Meta 3 (análise do atual estudo de regionalização do estado para a gestão integrada dos resíduos sólidos; as alternativas propostas para a elaboração do Plano – gestão individualizada e associada; e as responsabilidades públicas e privadas quanto aos resíduos sólidos gerados no município, incluindo sobre a situação da definição de pequenos e grandes geradores). Concomitantemente a exposição do conteúdo, os engenheiros da Empresa Premier Engenharia se colocaram à disposição dos membros do Comitê Diretor Local para responderem questionamentos e dúvidas acerca dos assuntos apresentados. No espaço cedido, o Sr. Josenei Soares questionou se todas as ações elaboradas em um possível Plano Intermunicipal contemplariam necessariamente todos os municípios em uma única ação; o mesmo representante ainda informou que a atual central de triagem de Araquari está sendo subutilizada, sendo que esta tem capacidade para receber mais materiais recicláveis; e ainda comentou que o Município de Joinville possui limitação para implantação de novos aterros sanitários. O Sr. Rafael Meira Salvador, da Premier Engenharia, respondeu que quando dá elaboração do Plano Intermunicipal não há uma obrigatoriedade de que cada ação reúna todos os municípios. O Engenheiro da Consultora ainda mencionou que as informações repassadas pelo Sr. Josenei Soares serão consideradas para efeito de prognóstico. Como encaminhamento final, os representantes da Consultora, os engenheiros Rafael Meira Salvador e Pablo Cunha, informaram que o Comitê Diretor Local terá até o dia 15 de março de 2020 para comunicar à Consultora sobre a alternativa de gestão a ser adotada para Araquari, a qual será validada em audiência pública a ser realizada no município entre a segunda quinzena de março e a primeira quinzena de abril. Quanto à referida audiência, a Consultora levantou junto ao Comitê Diretor Local sobre os dias e horários mais adequados para a realização da mesma, bem como discutiu perante aos membros as formas de divulgação do evento. Nesse momento, os representantes do Comitê Diretor Local de Araquari informaram que é necessário o início de divulgação da audiência com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência do dia de realização do evento. Por fim, o Engenheiro Rafael Meira Salvador agradeceu a presença dos participantes e ratificou que o

processo de elaboração do Plano deve ser participativo em todas as suas fases de modo a se alcançar um planejamento de excelência para a gestão dos resíduos sólidos na região que abrange os municípios da AMUNESC.